

## **SER MULHER NEGRA NO BRASIL: PERSPECTIVAS DA PSICOLOGIA SOCIAL E O CONCEITO DE INTERSECCIONALIDADE<sup>1</sup>**

Esther dos Santos Augusto\*

### **RESUMO**

Neste estudo, buscamos compreender sobre o ser mulher negra no Brasil através do entendimento do conceito de Interseccionalidade e como ele influencia as análises sociais no Brasil, tendo como foco de estudo a mulher negra. Partindo de uma perspectiva da Psicologia Social Crítica, visamos relacionar o contexto sócio-histórico-cultural que a mulher negra se encontra e como ele contribui para sua vivência, considerando o seu declínio diante das opressões advindas do racismo e sexismo. Entendendo esses fatores, discutimos maneiras que a Psicologia pode contribuir para a manutenção dessa existência ofertada para as mulheres negras no nosso país. As conclusões foram possíveis diante de uma pesquisa exploratória de revisão bibliográfica com abordagem qualitativa.

**Palavras-Chave:** Interseccionalidade. Mulher Negra. Psicologia Social Crítica.

---

<sup>1</sup> TCC em formato de artigo, apresentado ao Centro Universitário Presidente Antônio Carlos (FACEC), como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

\*Esther dos Santos Augusto – Estudante do 10º Período de Psicologia – santosesther35@gmail.com

## **INTRODUÇÃO**

Este estudo tem como objetivo geral discutir sobre o ser da mulher negra (pretas e pardas) no Brasil, dispondo da compreensão do conceito de interseccionalidade<sup>2</sup>, relacionada aos movimentos feministas e antirracistas. Partindo da percepção histórico-social do país que nos leva a conhecer a construção da desigualdade decorrente de diversos preconceitos estruturais, como o racismo e machismo. Considerando a Psicologia Social Crítica como base, uma vez que buscaremos entender como o contexto sócio-histórico-cultural influencia o ser mulher negra no Brasil.

De forma geral, a vida da mulher negra inserida na sociedade brasileira apresenta opressões contínuas, pelas intersecções que as atravessam, seja ao serem anuladas de suas identidades dentro do movimento feminista convencional, devido ao racismo, seja no movimento negro, em razão do machismo/ sexismo<sup>3</sup> (Akotirene, 2019). Com isso, ela se torna vítima de um sistema criado para ignorá-la em todos os âmbitos, sejam eles político, educacional, financeiro e de saúde. Essa pesquisa, assim, foca em estudar o ser mulher negra, diante de seu contexto social, a fim de analisar como ele influencia de forma a prejudicá-la.

Diante dos múltiplos atravessamentos que compõe uma pessoa de maneira a interferir na sua existência na sociedade - principalmente em uma sociedade extremamente desigual como a brasileira - torna-se necessário identificar as causas desses fenômenos para considerarmos uma mudança que promova condições dignas para se viver. Resgatando o conceito de interseccionalidade, visa-se entender o movimento histórico da sociedade que ataca a existência das minorias que serão citadas ao longo do texto.

---

<sup>2</sup> A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (Collins e Bilge, 2021, p.15).

<sup>3</sup> O sexismo fundamenta-se no pressuposto ideológico de que há uma identidade de gênero superior, a do homem heterossexual, e que as demais são inferiores, o que inclui mulheres, lésbicas, gays, transexuais, travestis, intersexos, *queers*, dentre outras (Conselho Federal de Psicologia, 2017, p.10).

Portanto, buscou-se reunir informações em uma revisão bibliográfica com o propósito de responder ao seguinte problema de pesquisa: Como o contexto social pode influenciar o ser mulher negra no Brasil?

O objetivo de compreender as influências dos contextos sociais na vida da mulher negra consiste em discutir sua relação e encontrar propostas de intervenções a fim de facilitar o alcance dessas mulheres condições sociais minimamente digna. Isso porquê, à medida que a Psicologia alcança um lugar de promoção de saúde, bem-estar, autoconhecimento e autonomia, torna-se dever da psicóloga<sup>4</sup> a compreensão da diversidade cultural negligenciada na sociedade, propondo em sua atuação uma prática antirracista e feminista, como prescrito nas resoluções CFP 018/2002 e CFP 01/1999, que versam, respectivamente, sobre normas de atuação para as psicólogas em relação ao preconceito e à discriminação racial e normas de atuação para as psicólogas em relação às questões de orientação sexual.

Conforme veremos no decorrer da exposição do tema proposto, ser uma mulher negra na sociedade em que vivemos, exige superar muitos desafios diariamente, visto que são submetidas às dominações de gênero dentro do modelo patriarcal, como também a dominações culturais, como o racismo (Alcântara, 2019). Esses desafios, provenientes de estruturas sociais que geram os preconceitos - já internalizados - tornam suas vítimas invisibilizadas, uma vez que, em sua maioria, elas não se reconhecem como vítima ou são igualmente coniventes. Essa invisibilidade motiva este estudo, ao buscar reconhecimento e representatividade para as pautas que o compõe.

Segundo Silvio Almeida (2019), o racismo, embora tenha várias manifestações e facetas, sempre é estrutural, ou seja, para além da violência individual e direta para com a pessoa negra, é algo institucional, pensado e naturalizado pela sociedade, que essa sim, o torna estrutural. Pode-se dizer que, o racismo é a materialização institucional de uma estrutura social (Almeida, 2019), e o mesmo pode ser associado para o entendimento do sexismo/ machismo/ patriarcado.

Diante disso, entende-se a importância de se trabalhar o tema permeado por questões que, há muito, foram ignoradas por serem complexas para aqueles que

---

<sup>4</sup> Neste trabalho, utilizaremos o termo “psicóloga” para nos referirmos às psicólogas e psicólogos, visto que se trata de uma escrita feminista e ainda considerando que a Psicologia é uma profissão majoritariamente composta por mulheres.

buscam mudar uma estrutura e convenientes para quem se beneficia dela, pessoas brancas descendentes de escravocratas, em que se é possível identificar um pacto, mesmo que velado, para a manutenção dos seus privilégios e apagamento de uma herança violenta (Bento, 2022). A mulher negra, cercada pelas suas interseccionalidades, em um contexto social que a condena constantemente, terá dificuldade de se manter saudável, como analisaremos ao longo do trabalho.

Desta forma, é pertinente revisitar que, historicamente, a Psicologia no Brasil compactuou com o racismo, tendo contribuído para a legitimação científica de estereótipos discriminatórios, perpetuando um padrão que não condizia com a realidade brasileira (Conselho Federal de Psicologia, 2017). Com este estudo pretende-se entender as vicissitudes de um contexto e como ele pode influenciar uma pluralidade de pessoas, em específico a mulher negra. Com o intuito de pensarmos uma Psicologia que atenda e auxilie a redução dos desafios de uma realidade que sustenta práticas que são racistas e sexistas.

## **1. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA<sup>5</sup>**

Este trabalho se sustenta na análise de ser mulher negra no Brasil, partindo da Resolução CFP 018/2002 e tendo como base o processo histórico construído no país que gerou a dupla opressão que a atinge, o racismo e sexismo de maneira interseccional. Nesse processo, se torna necessário o entendimento dessa condição social em um país racista e sexista com padrão patriarcal, como citado por Gonzalez (2019)

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós, o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular (p. 25).

Considerando a opção por utilizar autoras contemporâneas sobre o assunto, estabelecemos uma análise que busca majoritariamente a representatividade diante do tema trabalhado, comunicando com as perspectivas de autoras negras a fim de

---

<sup>5</sup> A fundamentação teórica neste trabalho contempla o que no *template* está nomeado como “Desenvolvimento”.

trazer contribuições para além do lugar de fala<sup>6</sup>. Assim, pretende-se nomear a realidade para ser pensada e deixar de ser ignorada, como forma de demarcar as diferenças existentes quando falamos sobre a categoria “mulher”, não as tratando como universais, privilegiando a narrativa de apenas mulheres brancas. Desta forma, podemos perceber a mulher em diversas possibilidades que a compõe, como raça, orientação sexual, identidade de gênero e classe social, conforme aponta Ribeiro (2019)

Tirar essas pautas da invisibilidade e analisá-las com um olhar interseccional mostra-se muito importante para que fuçamos de análises simplistas ou para se romper com essa tentação de universalidade que exclui. A história tem nos mostrado que a invisibilidade mata, o que Foucault chama de "deixar viver ou deixar morrer". A reflexão fundamental a ser feita é perceber que, quando pessoas negras estão reivindicando o direito a ter voz, elas estão reivindicando o direito à própria vida (p. 42).

Conforme a perspectiva adotada para esse trabalho, é fundamental analisarmos de forma crítica ao se apoiar na Psicologia Social. Segundo Cida Bento (2002), pode-se dizer que há uma importância de se trabalhar a dimensão subjetiva das relações raciais, já que interferem diretamente na vida de todos os brasileiros. Neste contexto, percebe-se a influência das opressões não só em suas vítimas, como também nos opressores. Vale ressaltar que, ao serem privilegiados diante do preconceito, mesmo que não o cometa, pessoas brancas - aqui também relacionando à figura masculina - colaboram para a preservação dessa estrutura (Bento, 2002).

Por isso, uma das tarefas das psicólogas e estudantes de Psicologia, visando o propósito de promover práticas antirracistas e feministas, é utilizar recursos e princípios que possibilitem o entendimento das pautas sociais que estão disponíveis (Conselho Federal de Psicologia, 2017). O processo de desconstrução de um imaginário social instituído de forma estrutural é difícil, mas fundamental para a promoção de equidade em contextos que não possuem condições de privilégios. Desta maneira, é essencial que se compreenda como as relações sociais se dão na sociedade brasileira, pois influenciam na subjetividade de cada indivíduo de maneiras diferentes, considerando suas intersecções, sendo necessárias intervenções específicas (Conselho Federal de Psicologia, 2017).

---

<sup>6</sup> Segundo Ribeiro (2019), o lugar de fala é para todos aqueles que estudam e entendem sobre assunto. Já a representatividade se refere ao grupo que pertence.

Conforme explicitado acima, a preocupação em se entender as questões de vulnerabilidade que se apresentam na sociedade passa pela compreensão do contexto sócio-histórico-cultural instituído no país, considerando principalmente o período colonial e suas consequências na atualidade, visto que as mulheres negras possuíam e ainda possuem um tratamento diferente das demais. Para isso, Cida Bento (2002) discute o pacto não verbalizado que mantém determinados tipos de pessoas em posições de privilégios sociais, em geral, caracterizado pelo homem branco. Isso diz da possibilidade que pessoas brancas - e homens - possuem ao usufruir de vantagens veladas, preservando a estrutura que o beneficia e perpetuando desigualdades (Bento, 2022).

## **1.1 SER MULHER NEGRA**

Considerando as mulheres negras (pretas e pardas) como foco de análise, este trabalho busca discutir a vivência para além de fatores biológicos que são comuns a todas as mulheres. Os obstáculos sociais - produzidos ao longo dos anos pela cultura brasileira instituída - geram resquícios violentos para as mulheres negras na atualidade, como violência doméstica, estereótipos e dificuldades de ascensão social (Silva e Chai, 2018). Assim, o objetivo é compreender as questões sociais envolvidas no racismo sofrido por essas mulheres e como isso a afeta.

Neste contexto é evidente que, além do fator social do sexismo, o qual todas as mulheres são vítimas, o fato da mulher negra também passar pelo racismo e suas consequências, acarreta outros significados para sua existência. Trata-se assim, do conceito de interseccionalidade já citado, que para Nogueira (2017), é caracterizado por diferentes níveis de análise, manifestados pela desigualdade social e fenômenos de opressão sociais como raça, gênero, classe social, orientação sexual, deficiência, dentre outros que não agem de forma isolada, mas sim interrelacionadas.

É importante, aliás, ressaltar a diversidade dentro da população negra, composta por pessoas pretas e pardas, devido ao colorismo<sup>7</sup> estabelecido

---

<sup>7</sup> O colorismo refere-se à mestiçagem violenta ocorrido no Brasil, cujo objetivo era diluir a negritude até o ponto que ela desaparecesse, e resultou no grupo racial negro composto por pessoas pretas e pardas (pessoas que possuem um grau de mestiçagem identificada em seu fenótipo, mas que não lidas enquanto pessoas brancas). A partir de uma leitura interseccional, é possível compreender as nuances do tratamento dessa população conforme o tom de sua pele, característica do colorismo que objetiva

politicamente no país, e o fato que se sobrepõe é a forma como foi realizado, através, sobretudo, do estupro sistemático de mulheres negras escravizadas. Por consequência, existe uma diferenciação de tratamento, passibilidade e até mesmo nos estereótipos, de acordo com o tom da sua pele e traços fenotípicos, como cita Costa (1981)

Desta maneira codificaram uma prática que se desenvolvia naturalmente, atribuindo um valor ao grau de embranquecimento da pele. Desde então, o branco tornava-se superior ao mestiço, que, por sua vez, era superior ao negro. O princípio da arianização<sup>8</sup> lançava as bases científicas do preconceito racial e legitimava as desigualdades sociais em nome da democracia (p. 32).

Desta forma, entendendo que abordar questões referentes à perspectiva histórica da população negra brasileira, sobretudo quando se faz um recorte de raça e gênero, é uma ação complexa, que será tratada com maior atenção posteriormente. Nesse sentido, é pertinente mencionar que, decorrente da desvantagem histórica que mulheres negras tiveram e vendo a necessidade de se mudar esse cenário, são adotadas ações afirmativas para auxiliá-las a exercer seus direitos básicos. As Ações Afirmativas são políticas públicas que visam a correção das desigualdades raciais na sociedade, para proporcionar igualdade de oportunidades e combater a discriminação, o preconceito e o racismo (Mattos, Simão e Pereira, 2022, p. 12).

Os autores deixam nítido a relevância das ações afirmativas como sendo um avanço de uma prática reparadora para populações minoritárias no país. Por essa razão, tem particular pertinência quando se trata da busca pela equidade. Mesmo porque debate-se ainda hoje sobre o “mito da democracia racial” no Brasil, referindo-se a um sistema de igualdade racial que existe enquanto utopia, escondendo relações sociais de dominação que ocultam os mecanismos de opressão (Domingues, 2005), em um país que demonstra por estatísticas, diariamente, o racismo estrutural.

Sendo assim, é inegável a carga histórico-cultural carregada pela mulher negra em um país extremamente racista e sexista, que passa a afetar sua vida antes mesmo de que se tome consciência. Segundo Nogueira (2021), isso se deve em função de um passado histórico que as tratou de forma desumana e objetificada. A população

---

a oposição de pessoas de uma mesma comunidade, trazendo também um ideal hierárquico através dos privilégios vivenciados por pessoas de pele clara (Devulsky, 2021).

<sup>8</sup> A arianização do povo brasileiro era a tradução científica do embranquecimento racial. Os intelectuais, ao mesmo tempo que afirmavam a inferioridade biológica dos negros, preconizavam a miscigenação racial como absorção das etnias “inferiores” (Costa, 1981).

negra teve e ainda tem esse grande obstáculo para a formação de uma identidade individual, visto que, por muito tempo, foi considerada mercadoria e/ou bem de capital. Ela ainda ressalta a importância de se falar de escravidão enquanto passado e presente no Brasil, já que essa ainda produz consequências.

Embora ao longo dos cerca de 390 anos de escravização do povo negro e indígena no Brasil - que ensejaram diversos tipos de violações a essas populações - muitas lutaram, conquistaram e morreram para que hoje se consiga ações afirmativas que garantam o básico, muito ainda há para se lutar e conquistar, em prol das próximas gerações. Essa, porém, é uma tarefa que não perpassa apenas pelas minorias. Desse modo, é preciso que todas as pessoas entendam o lugar que ocupam na sociedade para haver progresso. Espera-se, desta forma, que esse trabalho atinja o objetivo de contribuir para a discussão de uma Psicologia antirracista e feminista, que leva em consideração as interseccionalidades que atravessam a mulher negra brasileira.

## **1.2 PERSPECTIVA HISTÓRICA**

Para entender sobre ser mulher negra no Brasil, é importante destacar como a história do país a tratou ao longo dos anos, resgatando o contexto social do Brasil colonialista para refletir questões atuais. A origem desse quadro é encontrada quando nos propomos a entender o processo de construção do país em uma perspectiva diferente da europeia, que foi propagada, sobretudo, pós-período abolicionista. O Brasil é um país fruto da miscigenação, concebido a partir da invasão europeia, e do estupro sistemático de mulheres indígenas e negras, que eram submetidas a violências resultantes do processo de colonização (Ribeiro, 2018).

O branqueamento poderia ser entendido, num primeiro nível, como o resultado da intensa miscigenação ocorrida entre negros e brancos desde o período colonial, responsável pelo aumento numérico proporcionalmente superior dos mestiços em relação ao crescimento dos grupos negros e brancos na composição racial da população brasileira. (...) Mas o cruzamento racial não foi um processo natural, e sim determinado pela violência e exploração do português de ultramar contra o africano sob o cativo (Carone, 2002).

O Brasil é um país que passou pelo período de colonização, de 1500 a 1888, onde a escravização da população negra africana, que teve início na década de 1530, foi uma prática naturalizada por homens brancos europeus. Desta forma, a construção do país se deu pela exploração da população negra e indígena de modo violento e desumano, consequência da arrogância eurocêntrica e seus pactos de manutenção de poder.

Para além desse processo violento, o branqueamento da população brasileira se deu com um propósito de manutenção de uma posição de privilégios e poder sobre os demais. Um exemplo foi o incentivo que o governo ofereceu aos imigrantes europeus no período pós-abolição, ano de 1888, fornecendo benefícios que eram negados à população negra recém-liberta e indígenas (Bento, 2022). A estes, não houve projetos ou políticas públicas para sua inserção, e ao contrário, foram marginalizados (Alcântara, 2019).

O objetivo desse processo possuiu o consentimento da ciência da época e, com a expectativa de arianização, utilizava a mestiçagem como estratégia de branqueamento da população, considerando a docilidade dos corpos conforme "embranqueciam" e se aproximavam do padrão eleito. (Costa, 1981; Souto, 2019). Para isso, além dos atos de estupros contra as mulheres negras e indígenas, a esterilização química em massa foi uma estratégia utilizada, que ocorria predominantemente em mulheres negras. Porém, o fato das denúncias serem deslegitimadas enquanto questões raciais, tornou o processo cada vez mais naturalizado. Segundo Costa (1981)

Desta mesma ideia simplista de preservar a raça, afastando os anormais da possibilidade de reprodução, proveio por certo uma forma moderna que prescrever esterilizar (...). Todavia, todas estas medidas eugênicas só eram preconizadas depois que o autor provava a importância da hereditariedade na gênese da delinquência infanto-juvenil (p.37).

O Brasil herdou de Portugal a estrutura patriarcal de família e o preço dessa herança foi pago pela mulher negra, não só durante a escravidão. Ainda nos dias de hoje, a mulher negra, por causa da sua condição de pobreza, ausência de status social, e total desamparo, continua a vítima fácil, vulnerável a qualquer agressão sexual do branco (Nascimento, 1978, p. 61).

Desta forma, é certo afirmar que a existência da mulher na sociedade brasileira é permeada pela desigualdade, uma vez que, o patriarcado sempre esteve instituído. Porém, era bem demarcado também as diferenças de papéis ocupados por mulheres

negras, carregados de estereótipos. Segundo Araújo (2013), devido ao patriarcado, mulheres em geral eram – são – oprimidas; mulheres brancas tidas como sacralizadas em sua função de esposa e mãe; enquanto às mulheres negras escravizadas restava a função de objeto sexual, consolidada via estupro institucionalizado (Araújo, 2013).

De acordo com Costa (1981)

As mulheres negras e mestiças sempre foram submetidas, por motivos sociais, econômicos e culturais, a uma promiscuidade sexual bem maior que as mulheres brancas. Desde a escravatura, as negras e as mestiças nunca puderam conhecer as normas morais do contato sexual, pois foram brutalmente utilizadas pelos senhores. Depois da abolição, essas mulheres viram-se forçadas a se prostituir, nas cidades, para sobreviverem, ou para manterem a família (p. 86).

Às mulheres negras não eram disponibilizados afetos provenientes de uma visão de fragilidade e inocência, uma vez que não eram tidas nesse lugar de feminilidade. Delas sempre foi exigida a força, que muitas vezes se demonstrou por terem seus filhos tomados, ou ainda na modernidade, por terem de abdicar de suas próprias famílias para sustentar e prover o mínimo aos seus filhos, predominantemente, em trabalhos domésticos (Bento, 2022; Sousa e Soares, 2019).

### **1.3 A MULHER NEGRA E A PSICOLOGIA SOCIAL CRÍTICA**

Diante do estudo apresentado até aqui, fica nítida a influência do racismo no contexto social da mulher negra no Brasil. Desta forma, é necessário compreender o papel da Psicologia, considerando o seu compromisso ético-político na luta antirracista e feminista. Neste sentido, é válido ressaltar um dos princípios fundamentais apresentados no Código de Ética Profissional: III. O psicólogo atuará com responsabilidade social, analisando crítica e historicamente a realidade política, econômica, social e cultural (Conselho Federal de Psicologia, 2005).

Acompanhando o supracitado, Silva (2001) pontua que

A Psicologia poderá contribuir para melhor compreensão, enfrentamento e superação de sentimentos envolvidos em relações raciais racistas, além de colocar sua teoria e técnica a serviço da compreensão sobre a "construção subjetiva da negritude". Silenciar-se "revela a presença de um pacto de omissão e cumplicidade da nossa disciplina para com o mito vigente, hegemônico e opressivo, da existência de uma 'democracia racial'" (Silva, 2001, p.3 apud Conselho Federal de Psicologia, 2017, p.104).

Desta forma, levando em consideração a pluralidade da Psicologia enquanto ciência e as contribuições possíveis ao tema tratado, optamos por trabalhar na perspectiva da Psicologia Social Crítica. De acordo com Lane (1989), a Psicologia Social, tem como seu objeto de estudo a realidade social e o cotidiano do indivíduo, permitindo a produção do conhecimento para a intervenção efetiva nas relações que influenciam sua individualidade. Ao passo que o objetivo do trabalho é entender como o contexto social racista e sexista influencia o ser mulher negra no Brasil, a Psicologia Social, ainda que não seja a única área de construção sobre a temática, permite uma sustentação que melhor se encaixa para este estudo (Conselho Federal de Psicologia, 2017; Lane, 1989).

Cabe apontar que a colaboração da Psicologia e o aumento de estudos na área contribui para uma melhor compreensão das relações raciais e de gênero implicadas nas vivências da mulher negra. Outros fatores podem ser considerados para essa análise, como o conceito de interseccionalidade e os pensamentos decoloniais<sup>9</sup>. Visto que, a psicologia, por muito tempo, reproduziu ideias e ideais teóricos que sugeriam a adequação dos sujeitos a um padrão de existência branca. Essa questão traz a perversidade de uma sociedade que massacra identidades, a fim de alienar e manter submissos - em um modelo de identificação com o branco - aqueles que se distanciam do ideal da branquitude (Gonzaga, 2022; Souza, 2021).

Contudo, um marco notável da Psicologia para a área foi a Resolução CFP n.º 018/2002, já mencionada. Na Resolução, fica estabelecido o modo de atuação de psicólogas diante do racismo, considerando seu compromisso ético-político para com a sociedade, através da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que é o alicerce do Código de Ética Profissional da Psicologia. Assim, ressalta-se o artigo 1 da resolução CFP n.º 018/2002, afirmando que "os psicólogos atuarão segundo os princípios éticos da profissão contribuindo com o seu conhecimento para uma reflexão sobre o preconceito e para a eliminação do racismo" (Conselho Federal de Psicologia, 2002).

---

<sup>9</sup>Os pensamentos decoloniais, surgem como alternativa à herança do colonialismo (Colonialidade), buscando questionar e desestruturar as bases de poder e os sistemas de conhecimento que continuam a perpetuar a opressão e a exploração em contextos coloniais e pós-coloniais. A fim de dar voz aqueles que foram historicamente marginalizados (Quintero, Figueira e Elizalde, 2019).

Desta forma, a Psicologia Social Crítica garante um olhar para essas questões, considerando que seu início se deu devido a sua ruptura com a neutralidade do paradigma científico dominante, que reproduzia a neutralidade científica, normalizadora e sistemática (Sawaia, 2014). Assim, ela assume um compromisso com a realidade social do indivíduo, vinculada não somente a um cotidiano, mas para além, à sua condição social e histórica em sociedade, condição essa que afirma uma existência ético-política (Lane, 1989).

Essa abordagem apresenta à Psicologia uma nova perspectiva, partindo de um olhar crítico para com o outro e sua realidade. Por essa razão, tem relevância ao analisar o sofrimento resultante do racismo na vida da mulher negra brasileira, partindo da perspectiva interseccional e social, produtora de sofrimentos, que considera os atravessamentos e as transversalidades que perpassam os indivíduos e coletividades. Sawaia (2014) afirma

Portanto, o sofrimento ético-político retrata a vivência cotidiana das questões sociais dominantes em cada época histórica, especialmente a dor que surge do sofrimento social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice inútil da sociedade. Ela revela a tonalidade ética da vivência cotidiana da desigualdade social, da negação imposta socialmente as possibilidades da maioria apropriar-se da produção material, cultural e social de sua época, de se movimentar no espaço público e de expressar desejo e afeto (Sawaia, 1995 apud Sawaia, 2014, p. 106).

Desta forma, é importante considerar que um dos compromissos da Psicologia para com a sociedade, é o de contribuir para a melhoria da qualidade de vida, atuando segundo os Direitos Humanos e trabalhando para o fim da desigualdade social (Bock, 2009). Neste contexto, fica nítido que, ao se tratar esse tema, deve-se compreender a multiplicidade dos indivíduos e como as desigualdades influenciam seus cotidianos de modo a gerar sofrimentos e afetos.

## **2. METODOLOGIA**

Para este trabalho foi adotada abordagem qualitativa, considerando a pesquisa bibliográfica que, para Gil (2008), trata-se de uma produção que parte de materiais já elaborados, a partir de livros e artigos científicos, tendo como base estudos exploratórios e análises do conteúdo. Logo, o trabalho teve como percurso a

realização de um estudo de revisão bibliográfica, de caráter qualitativo e exploratório, com o objetivo de compreender os temas trabalhados.

Neste sentido, visou-se priorizar obras de autoras e autores negros, com o objetivo de trazer representatividade ao trabalho como Cida Bento, Neusa Santos Souza e Isildinha Baptista Nogueira, além de livros e resoluções do CFP como, a Resolução CFP n.º 018/2002, o livro *Relações Raciais: Referências Técnicas para a atuação de psicólogas(os)*, *Psicologia brasileira na Luta Antirracista* e do CRP-MG, *Olhares e fazeres das mulheres das Gerais: Discussões sobre gênero, sexualidade e raça*. A fim de trazer a importância do assunto abordado dispendo-se do nosso dever enquanto psicólogas de agir considerando uma psicologia antirracista e feminista.

Assim, no projeto inicial, foram realizadas pesquisas a fim de nos aprofundarmos nos temas apresentados ao longo do trabalho, buscando compreender, principalmente, o conceito de interseccionalidade, que norteou a perspectiva apresentada no estudo. Ficando definido posteriormente a organização teórica abordada em cada subdivisão analisada, a escolha da abordagem e recortes que foram utilizados.

Foram selecionados livros já conhecidos para a releitura, bem como indicações a respeito dos temas abordados, a fim de trazer robustez teórica à pesquisa, sendo de aquisição própria ou encontrados na biblioteca da UNIPAC- Barbacena. Os artigos foram selecionados, por buscas pelo Google Acadêmico, em que foram utilizadas palavras-chave como: interseccionalidade, psicologia social, racismo, sexismo e eugenia, como também, visitamos sites do CFP, CRP-MG e Revista ABPN (Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as)).

De forma geral, os conceitos analisados foram tratados por autoras contemporâneas notáveis em suas áreas. Assim, racismo foi um conceito apresentado por Djamila Ribeiro (2018 e 2019), Lélia González (2019) e Silvio Almeida (2019), as duas primeiras trazendo também a perspectiva do feminismo negro. O conceito de interseccionalidade foi abordado pela compreensão de Carla Akotirene (2019), Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2021). Por fim, a Psicologia Antirracista foi exposta pelas autoras Cida Bento (2002 e 2022), Iray Carone (2002), Isildinha Baptista Nogueira (2021), Neusa Santos Souza (2021), além do livro "*Relações raciais: referências técnicas para a atuação de psicólogas(os)*", do Conselho Federal de

Psicologia (2017). Já a Psicologia Social Crítica foi representada por Silvia Lane (1989), Bader Sawaia (2014) e Ana Bock (2009).

### **3. ANÁLISE DA PESQUISA**

Este estudo tem como propósito discutir o ser mulher negra no Brasil, a partir da compreensão do conceito de interseccionalidade. Para isso, buscou-se identificar as mulheres negras, o contexto social brasileiro, a fim de descrever as experiências históricas e atuais vivenciadas por elas, para, então, poder discutir qual o papel da psicologia nesse processo de análise e seu compromisso ético para com a diminuição desse cenário de desigualdade. A suposição feita a partir do problema de pesquisa foi a de que “Como os contextos sociais racista e sexista influenciam o ser mulher negra no Brasil” de forma a prejudicá-la?

Desta forma, o conceito de interseccionalidade é utilizado nesse estudo enquanto ferramenta analítica da realidade social. Alcântara (2019), utiliza o termo “ferramenta metodológica” ao se referir à interseccionalidade. Seu entendimento é o de que o conceito proporciona a análise das diferentes formas de opressões desenvolvidas mediante existências baseadas em intersecções. Seguindo essa premissa, vê-se que é possível considerar o estudo da realidade da mulher negra enquanto adoecedora através de uma análise interseccional.

Pôde-se observar que, ao identificar a mulher negra em um contexto social, nos deparamos com questões estruturais pensadas e perpetuadas de maneira estratégica para a manutenção da desigualdade que favorece determinado grupo de pessoas. Pensar dessa forma nos coloca em posições desconfortáveis – necessárias - para haver uma mínima mudança. Assim, entendemos que esse contexto permeado de opressões gera sofrimento e adoecimento para camadas interseccionais da população, em diferentes escalas.

Vale destacar que mulheres negras (pretas e pardas) e indígenas, são carregadas de estereótipos que as rotulam frequentemente, características essas que aumentam sua posição de vulnerabilidade, bem como sua condição social. Isso ocorre ao serem associadas a serviços domésticos, trabalhos de subserviência e ao serem sexualizadas, além de serem representantes da maior taxa de feminicídio no país.

Para ampliar ainda o debate, esses estereótipos são agravados ou minimizados ao falarmos sobre tonalidades de pele, gerando uma comparatividade e competitividade.

Desta forma, Alcântara (2019) nos faz lembrar que a vulnerabilidade à qual a mulher negra é exposta a desprotege de uma série de violências: físicas, psicológicas, sexuais, vindas de todas as camadas da sociedade. Essa percepção revela a crueldade ao se pensar sobre essa existência e como a condição subalterna, objetificada, tomada pela pressão de ser "forte e guerreira", constantemente, é também o assolamento diário da sua autoestima. Essa perspectiva nos traz a concepção de que o adoecimento não está puramente ligado ao biológico, mas também a condições sociais, conforme desenvolvemos ao longo do texto.

Ao nos atermos à perspectiva sócio-histórica, conseguimos analisar, resgatando o passado, suas consequências no presente. Essa realidade histórica, dita estrutural, foi pensada e sustentada por um grupo que se beneficiou dela e se sentiu superior o suficiente para instituí-la. Desta forma, o pensamento anterior - de uma superioridade racial - reverbera até os dias de hoje, causando danos vitais.

De acordo com Almeida (2019), o racismo se encontra na sociedade de diferentes formas, sendo elas: a concepção do racismo individualista (relação entre o racismo e subjetividade), institucional (relação entre o racismo e Estado) e estrutural (relação entre o racismo e economia). A permeabilidade do racismo no Brasil, ocorreu exercendo naturalidade ao processo, de maneira a ser praticado de forma velada, o dito racismo estrutural. Essa sutileza que se concebe o racismo o torna brutal, pois ao se naturalizar esse sofrimento, retira de uma população a chance de usufruir plenamente do seu direito de viver, tanto em uma visão figurativa quanto literal, uma necropolítica, onde ainda podemos dizer quais corpos são "matáveis".

A história que a Psicologia nos apresenta sobre sua construção vem de um passado elitista e discriminatório, que não foi propício quando se tratava da saúde mental de minorias marginalizadas. Seu progresso, ainda em evolução, traz consigo uma perspectiva crítica sobre a realidade que a sociedade vive cotidianamente, em suas várias formas de atuação.

Ao consideramos a Psicologia Social Crítica para este estudo, inferimos que a realidade social que produz o indivíduo, o molda para essas desigualdades. Pensar criticamente essa realidade, nos propõe refletir sobre como podemos assegurar que o compromisso ético-político da Psicologia será cumprido; como em nossas atuações

compactuaremos para diminuição das desigualdades e como essa atuação vai atender à mulher negra.

Sawaia (2014) afirma que, a partir da Psicologia Social, possuímos estratégias para enfrentamento do sofrimento promovido pela exclusão e desigualdade. Indo além, há também a responsabilidade com o poder público, que age por meio de políticas públicas e assim como por nós mesmos, de acordo com valores que nos humanizam. Essas estratégias nos disponibilizam métodos para a luta antirracista e feminista que propomos.

Desta forma, o resultado da pesquisa nos revela como o contexto social influencia a experiência de ser mulher negra no Brasil, chegando a essa conclusão a partir desse estudo. Considerando que tal contexto é permeado pelo racismo e o sexismo - cabendo ressaltar a existência de outras intersecções que não nos atemos nesse estudo – nos é sugerido que a mulher negra nesse país é exposta a variadas condições cotidianas que a adoecem.

A exploração, submissão, humilhação e exclusão, resultantes de discriminações violentas, gera sofrimento à proporção que compreendemos que ele é concebido socialmente, causado pela dominação e o descompromisso com o outro em sociedade (Sawaia, 2014). Além disso, a manutenção do Pacto da Branquitude, que exclui a responsabilidade desse grupo, e ainda se institui como universal e um padrão a ser atingido, contribui para a perpetuação desse ciclo de desigualdade e injustiça (Bento, 2002 e 2022; Souza, 2021).

Diante disso, é possível afirmar que o compromisso da psicóloga e da sociedade precisa ser pensado de forma crítica, considerando a pluralidade de indivíduos e suas intersecções. E ainda, ao considerar o Brasil enquanto contexto, sul global, latino-americano, é necessário o entendimento de seu processo de colonização e seus resultados para a população, valorizando também o conhecimento gerado aqui.

## **CONCLUSÃO**

O desenvolvimento do presente estudo possibilitou uma análise de como o contexto social influencia o ser mulher negra, uma reflexão proposta a partir do conceito de interseccionalidade atrelado à Psicologia Social Crítica que visou contribuir para a luta antirracista e feminista no país. Bem como, uma análise histórica do colonialismo no Brasil possibilitou avaliar seus resultados atuais diante da realidade enfrentada por mulheres negras cotidianamente.

Diante disso, concluímos que o contexto social brasileiro influencia sim o ser mulher negra, já que, de maneira interseccional, ela é atingida pelo racismo estrutural e o sexismo instituído historicamente no país. Assim, as consequências desses preconceitos em vários níveis são também psicossociais, trazendo a responsabilidade social para a Psicologia.

A maneira como as opressões atingem essas mulheres perpassam por diferentes esferas de sua vida social, sendo no contexto econômico, político, sociocultural, interferindo em suas relações laborais, familiares, afetivas, dentre outras. Desta forma, o sofrimento gerado pelas relações opressoras e discriminatórias as atravessam de forma social, a partir das circunstâncias de vulnerabilidade que são/ estão inseridas.

Como pudemos explorar durante a pesquisa, o contexto histórico brasileiro foi - e ainda é - extremamente cruel com suas minorias e a Psicologia colaborou com esse cenário. Embora muitos avanços tenham sido conquistados - como a já mencionada Resolução CFP n.º 018/2002 e os materiais de apoio utilizados - a Psicologia ainda possui um longo caminho para a cooperação com a luta antirracista e feminista no país, considerando a prática e uma atuação ativa com a comunidade, baseando-se em propostas e conhecimentos decoloniais, aplicando a interseccionalidade enquanto ferramenta analítica e da práxis profissional.

**MENTAL HEALTH OF BLACK WOMEN IN BRAZIL: PERSPECTIVES OF SOCIAL PSYCHOLOGY AND THE CONVEY OF INTERSECTIONALITY**

*ABSTRACT*

In this study, we seek to understand the mental health of black women in Brazil through understanding the concept of Intersectionality and how it influences social analyzes in Brazil, focusing on black women. Starting from a Critical Social Psychology perspective, we aim to relate the socio-historical-cultural context in which they find themselves and how it contributes to their mental health, considering their decline in the face of oppression arising from racism and sexism. Understanding these factors, we discuss ways that Psychology can contribute to maintaining the mental health offered to black women in our country. The conclusions were possible due to an exploratory bibliographic review research with a qualitative approach.

**Key-words:** Intersectionality. Black woman. Critical Social Psychology. Mental health.

## REFERÊNCIAS

- AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. Feminismos Plurais. São Paulo: Pólen, 2019.
- ALCÂNTARA, M. S. Mulheres, raça e classe: como as diversas violências contribuem para o adoecimento psíquico das mulheres negras no Brasil. In: Conselho Regional de Psicologia - Minas Gerais. **Olhares e fazeres das mulheres das Gerais**: discussões sobre gênero, sexualidade e raça. Belo Horizonte, MG: CRP04, 2019. p.74-95.
- ALMEIDA, S. **Racismo Estrutural**. Feminismos Plurais. São Paulo: Pólen, 2019.
- ARAUJO, A.S. A mulher negra no pós-abolição. **Revista da ABPN**, v.5, n.9, nov-fev, 2013. p.22-36. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/site/article/view/234/209>. Acesso em: 20/08/2023.
- BENTO, M.A.S. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, I.; BENTO, M.A.S. (orgs.). **Psicologia Social do Racismo**: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- BENTO, M.A.S. **Pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia dos Letras, 2022.
- BOCK, A. M. B. Psicologia e sua ideologia: 40 anos de compromisso com as elites. In: BOCK, A. M. B. **Psicologia e o compromisso social**. São Paulo: Cortez, 2009. p. 15-28.
- CARONE, I. Breve histórico de uma pesquisa psicossocial sobre a questão racial brasileira. In: CARONE, I.; BENTO, M.A.S. (orgs.). **Psicologia Social do Racismo**: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. Tradução: Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional dos Psicólogos**, Resolução n.º 10/05, 2005.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA (Brasília). Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação ao preconceito e à discriminação racial. **RESOLUÇÃO CFP N.º 018/2002**. [S. l.], 19 dez. 2002.
- CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Relações Raciais**: Referências Técnicas para atuação de psicólogos(os). Brasília: CFP, 2017. 147 p.
- COSTA, J.C. A liga brasileira de higiene mental e seu ideal eugênico. In: COSTA, J.C. **História da psiquiatria no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Campus Ltda, 1981.
- DEVULSKY, A. **Colorismo**. Feminismo Plurais. São Paulo: Jandaíra, 2021.

DOMINGUES, P. O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889-1930). **Revista Diálogos Latino-americanos**. v. 10. 2005. p. 115-131. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/162/16201007.pdf>. Acesso em: 06/10/2023.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2008. 200 p.

GONZAGA, P. R. B. Interseccionalidade: uma contribuição do feminismo negro para a construção de práticas e conhecimentos antirracistas em Psicologia. In: CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Psicologia brasileira na luta antirracista**: Volume 1. Brasília: CFP, 2022. p. 155-183.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: HOLLANDA, H.B. **Interseccionalidades**: Pioneiras do feminismo negro brasileiro. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

LANE, S. T. M. A Psicologia Social e uma nova concepção do homem para a Psicologia. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. (Orgs.). **Psicologia Social**: o homem em movimento. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989. p. 10-19.

MATTOS, Q.A.; SIMÃO, M.J.P.; PEREIRA, T.B. A importância dos movimentos negros na conquista das ações afirmativas. In: VIEIRA, C.S.; SILVA, I.S.; MALCHER, M.A.F. **Escola de Políticas e Ações Afirmativas 2021**. Brasília, DF: Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as, 2022.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro**: Processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra S/A, 1978.

NOGUEIRA, C. **Interseccionalidade e Psicologia Feminista**. Bahia: Devires, 2017. 130 p.

NOGUEIRA, I.B. **A cor do inconsciente**: significações do corpo negro. São Paulo: Perspectiva, 2021. 192 p.

QUINTERO, P.; FIGUEIRA, P.; ELIZALDE, P.C. Uma breve história dos estudos decoloniais. **MASP Afterall**, São Paulo, 2019. p. 1-12. Disponível em: <https://assets.masp.org.br/uploads/temp/temp-QE1LhobgtE4MbKZhc8Jv.pdf>. Acesso em: 05/10/2023.

RIBEIRO, D. **Lugar de Fala**. Feminismos Plurais. São Paulo: Pólen, 2019.

RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo negro**. Companhia das Letras, 2018. 120 p.

SAWAIA, B (org.). **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2014.

SILVA, I.P.A.; CHAI, C.G. As relações entre racismo e sexismo e o direito à saúde mental da mulher negra brasileira. **Revista de Políticas Públicas**, Maranhão, v.22, 2018. p.987-1006. Disponível em:  
<https://www.redikalyc.org/journal/3211/321158844050/321158844050.pdf>. Acesso em: 21 de julho de 2023.

SOUSA, K. W. S.; SOARES. M. L. Racismo e opressões contra a mulher: um olhar sobre as mulheres negras no Brasil. **IX Jornada Internacional de Políticas Públicas**, Maranhão, 2019. p. 1-12. Disponível em:  
[http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho\\_submissaoId\\_1474\\_14745cc9faa0195bc.pdf](http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_1474_14745cc9faa0195bc.pdf). Acesso em: 07/10/2023.

SOUZA, N. S. **Tornar-se negro**: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Zahar, 2021. 176 p.

SOUTO, C. A. Eugenia e seus reflexos nos direitos reprodutivos da mulher negra. **IV Copene Sul**. Rio Grande do Sul, 2019. p. 1-8. Disponível em:  
[https://www.copenesul2019.abpn.org.br/resources/anais/11/copenesul2019/1557709207\\_ARQUIVO\\_be50ebb56429a206acd1ac701f9810cd.pdf](https://www.copenesul2019.abpn.org.br/resources/anais/11/copenesul2019/1557709207_ARQUIVO_be50ebb56429a206acd1ac701f9810cd.pdf). Acesso em: 07/10/2023.